



PARAISÓPOLIS: A ARTE DE CONVIVER

Autores:

CLAUDIA DE ANDRADE SILVA - UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE -
claudia.arq_urb@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo busca alternativas para inquietação pessoal de como analisar um território construído coletivamente, de maneira que respeite sua lógica de ocupação e organização, sem que isso signifique afirmar sua precariedade. Por isso o foco foi o estudo da vida cotidiana, entendida como aquela que indica possíveis caminhos. Esse estudo foi realizado com uma intensa aproximação pessoal ao território de Paraisópolis e embasamento teórico em diferentes autores e seus respectivos conceitos. Essa análise deve ser entendida como um processo em aberto, plausível de aperfeiçoamento e aprofundamento. Por fim, é importante ressaltar que esse reconhecimento e respeito podem ser o ponto de partida, mas não é o ponto de chegada na luta pela igualdade de direitos na cidade, uma vez que mudanças efetivas dependem de políticas públicas articuladas de educação, cultura e trabalho, afim de ajudar a reverter a vulnerabilidade social.

PARAISÓPOLIS: A ARTE DE CONVIVER

Organização coletiva de trajetórias individuais

1. DIFERENTES MODOS DE VIVER

“Há outras formas de pensar e viver a casa que implicam técnicas de projeto bastante distintas e que resultam em espaços que se afastam, em maior ou menor medida, dos que hoje têm prestígio entre muitos profissionais.”
(ÁBALOS, 2013, p.8)

Diferentemente do que alguns acreditam, as favelas nas cidades brasileiras não se constituem como uma rejeição à cidade; ao contrário são uma expressiva evidência da adesão das famílias pobres à vida urbana. E não devem ser explicadas somente a partir da carência, da pobreza e da precariedade, pois ali existem soluções próprias e inovadoras para problemas que, muitas vezes, a sociedade não resolveu.

Nesse sentido se coloca a questão de como intervir em território de maneira a respeitar os diferentes modos de se viver, sem impor uma ordem que não corresponda à realidade. A maneira mais difundida de pensar e projetar o espaço doméstico não é mais do que a materialização de certas ideias arquetípicas em torno da casa e dos modos de vida (ÁBALOS, 2013).

É necessária uma ampliação da consciência dos vínculos existentes entre os modos de pensar, de ver o mundo, de viver e as técnicas de projeto, já que estas não são neutras, mas, ao contrário, limitam e contêm em si mesmas o potencial do trabalho projetual.

O que se percebe em Paraisópolis, são diferentes formas de habitar, mais ainda, são diferentes formas de viver, de apropriação do espaço privado e por extensão, do espaço público. Se, ao projetar na cidade, discute-se qual seria a relação do novo com a preexistência, porque não se utilizar dessa reflexão nas tentativas de intervenção em áreas críticas, que possuem reconhecida densidade social? (RUBANO, 2015)

Para essa reflexão, é importante estudar o sujeito, que para o arquiteto espanhol Iñaki Ábalos é também produto das elaborações próprias da antropologia filosófica, de um questionamento da dicotomia público/privado em relação às práticas sociais desse sujeito, de um enfrentamento dos vínculos do espaço com o tempo, com a memória, com a subjetividade e a técnica, com a cultura material de uma época. Por isso um dos motivos que se optou por estudar o cotidiano desses sujeitos.

“Para quem são essas casas? A quem, a que formas de vida estão destinadas? Que valores se traduzem nesse espaço privado? E no público? Quem são esses sujeitos? De que noção de homem partem os projetos? Que referências pressupõem?” (ÁBALOS, 2013, p.35)

Para o filósofo alemão Martin Heidegger habitar não é um ato simples, nem insubstancial, e sim, a linguagem é a casa do ser. Em seu lugar o homem habita. A casa servirá ao desenvolvimento de uma retórica arquitetônica capaz de deslocar a linguagem da filosofia, num procedimento que levará a filosofia a tangenciar questões sobre habitação.

“A casa, a construção da habitação, não é tanto uma metáfora, mas o sujeito mesmo da filosofia existencial. Nela se pode exercer o autêntico habitar, a plenitude do ser [...] A casa é o lugar do autêntico, é o refúgio que protege do exterior, da inclemência do tempo e dos agentes naturais, mas também do mundano e do superficial, dessa exterioridade sempre concebida como nociva.” (ÁBALOS, 2013, p.51)

A casa, e pensando em Paraisópolis é possível estender esse conceito para a construção coletiva da comunidade, é a expressão da subjetividade que se constrói a si mesma através da problematização do significado do construir, a partir do enfrentamento dos fatos originais e fundamentais do habitar. Essa reflexão não se limita apenas ao morar, mas se estende às práticas corriqueiras.

1.1 MODELO HEGEMÔNICO

“O primeiro que tendo cercado um terreno ousou dizer ‘isto é meu’ e encontrou pessoas suficientemente simplórias para lhe dar crédito foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacadas ou tampando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: ‘Evitai escutar esse impostor; estarei perdido se esquecerdes que os frutos são de todos e a terra não é de ninguém!’” (ROUSSEAU, 1750)

Nos últimos 250 anos, ou mais, a relação entre a humanidade e o território ocupado se deu através de uma forma específica de vínculo, de uso e de direito sobre a terra, que é a da propriedade individual registrada. Esta ganhou total hegemonia sobre os demais tipos de vínculo existentes entre sujeito e espaço, seja urbano ou rural.

Porém, isso é muito diferente do processo real da gênese dos territórios, sendo muito mais amplo e complexo do que esse modelo que se impõe como único e hegemônico na organização deles.

Todas as outras formas de vínculo se transformaram imediatamente em formas frágeis, vulneráveis e ambíguas, pois sob essa lógica se não se tem a propriedade, não se tem garantias e direitos.

Hoje o que se tem é a crise de um modelo, de um paradigma, que levou a se vivenciar situações de supressão de direitos básicos sobre a vida e sobre a existência, particularmente em território de favela (ROLNIK, 2016).

A propriedade privada é essencial para que essa lógica se sustente, pois para que o espaço possa se descolar da sua base material e circular amplamente é fundamental que o vínculo de propriedade tenha uma duração, demarcação, possa ser transferido claramente e trocado com os chamados baixos custos de transação, numa esfera contratual entre anônimos.

Nesse sentido é possível indagar o que são os territórios que contradizem essa lógica? Lógicas próprias de organização espacial, lógicas estruturadoras? Mas como defini-los, pela precariedade, pela ambiguidade, pelo regime de posse, pelo uso? Afinal, o que legitimam?

Esse não é um fenômeno da América Latina, é possível exemplificar com ciganos na Europa ou os beduínos em Israel. Eles representam exatamente esse tipo de tensão e conflito entre uma forma de ocupar de viver o território a partir de uma nova matriz versus uma lógica hegemônica. É uma zona de indeterminação entre o legal e o ilegal, constituída por camadas de legalidade.

O fato essencial de aquele lugar estar em uma situação de ambiguidade, de uma não definição, se faz ou não parte da cidade, é uma tática de manutenção de um poder excludente da cidade, que jamais abre a integração definitiva, que faz questão de deixar evidente a ambiguidade.

Não é por acaso que os programas de urbanização não vão até o fim, não alcançando a eliminação completa da diferença física, política, social, cultural entre a favela e a cidade. Exemplo disso, é o plano de urbanização de Paraisópolis, idealizado pela Prefeitura de São Paulo, que teve início no começo dos anos 2000 e ainda não foi concluído.

A ambiguidade permite que a ordem excludente permaneça em vigor, como também faz parte de uma política de bases eleitorais, de reprodução dos mandatos, que inclui sem incluir, que reafirma o processo de segregação. Isso faz parte de um modelo político, inclusive brasileiro.

Esse “modelo” revela não apenas uma colisão entre formas diferentes de ocupar o território, mas também está associado à estigmatização: a favela é o lugar da desordem, da anomalia, do espaço ilegal, identificando-se os sujeitos que ocupam esses espaços também como ilegais. E assim, decreta-se sobre esses espaços uma espécie de poder de suspensão da ordem urbana: não é só o lixo que não é coletado, mas também o sistema de drenagem que não tem manutenção ...e muito mais.

Discriminam-se todas as formas (diversas daquilo que é considerado legal) de ser, de morar, de existir, para depois torná-las parte de lógicas organizativas do capital, passando a reserva de terra para expansão do complexo imobiliário financeiro, por exemplo, desconfigurando-se as lógicas anteriores com a destruição desse lugar com remoções forçadas.

É preciso pensar a partir das favelas, no que significam, nas políticas possíveis adequadas a essas outras lógicas – urbanas e sociais-, na importância da sua existência e da sua permanência como resistência à submissão da totalidade do território urbano, onde impera unicamente a lógica do uso do território como extração de renda.

1.2 MORAR PRÓPRIO

Iñaki Ábalos (2013) reporta-se à casa fenomenológica como sendo aquela que está associada a uma consistência temporal, ligada a um pertencer estável, a uma linguagem e a um lugar, a uma maior intensidade do vínculo pessoal com o espaço como fenômeno do sentido- tanto emocional, quanto intelectual.

O sujeito que constitui e polariza a casa fenomenológica é um indivíduo cuja experiência do espaço provém tanto das lembranças e memórias do passado, quanto das experiências sensoriais do presente. A “lógica da casa” é uma desordem aparente, pois o bem-estar se dá através de relações afetivas com os objetos. Já a cidade fenomenológica teria um caráter fragmentário e complexo, como uma soma densa de peças que a experiência e o tempo viriam destilando.

É possível associar esse caráter fragmentário com territórios como Paraisópolis, já que é resultante de construções singulares, autoproduzidas e autogeridas, através de um esforço individual e coletivo, em constante alteração físico-espacial.

“Enquanto a parte formal da cidade dorme, a população pobre constrói ou recompõe seus barracos que, por serem fragmentários, tornam a favela um lugar imprevisível, expressivo, cheio de pluralidades.” (DEMARTINI, 2016, p.37)

Essa é a impressão ao adentrar a casa de Antenor Feitosa, um arquiteto que nunca soube que é. Ao caminhar pela rua das Jangadas, uma pessoa mais atenta percebe uma casa diferenciada em meio à monotonia das demais. Ela é verde, sustentável e construída com garrafas PET. Logo na entrada fica pendurado o número de garrafas utilizadas até aquele momento na construção. Na visita realizada em 07 de junho de 2017, totalizava 27.769 garrafas.

Vários são os objetos que Antenor mostra com emoção: uma porta giratória feita com tais garrafas, um mapa com as cidades de Alagoas, em que, movido pela lembrança, aponta sua cidade natal Maceió, entre outros artefatos construídos por ele e com os quais possui intensa relação afetiva.

De todos os lugares de sua casa o de que mais gosta - e tem orgulho de mostrar- é a cobertura. Lá de cima é possível perceber o córrego do Antonico. Antenor tem esperança de que o governo não o tire dali, como já fez com outras pessoas por conta das cheias do córrego.

“Eles não podem derrubar isso aqui” diz com pesar. “Meu sonho é viver tranquilamente, sem ser incomodado, e independente. Eu gosto muito da independência. E de preferência aqui em Paraisópolis”. (ALENCAR; BELAZI, 2013, p.50)

É possível estabelecer também uma relação entre a casa/cidade fenomenológica e a construção e consolidação de Paraisópolis. Com sua ocupação a partir da década de 1970, esse território é produto da experiência de quem lá vive, através de um vínculo pessoal com o espaço, um sentimento de pertencimento, como o de Antenor ou de tantos outros moradores. Atualmente cerca de 85% dos moradores são nordestinos, que não pretendem retornar para sua terra natal, pelo vínculo estabelecido com lugar.

Ao caminhar por Paraisópolis ou olhar uma fotografia, por exemplo, percebe-se o que Ábalos chamou de desordem aparente, pois se constitui como uma construção coletiva no tempo-espaço. São trechos da vida produzidos precariamente sem uma ação planejada ou ordenada (RUBANO, 2015). É um lugar que está em constante mudança, sempre com um novo “puxadinho”, um anexo, um complemento.

A abordagem fenomenológica ensina a questionar o burocrático método positivista através da própria experiência. Uma crítica possível nesse sentido é a de que muitas vezes projetos de intervenção em favelas estão presos ao pensamento positivista.

Para Ábalos as dificuldades que ainda hoje a arquitetura encontra para superar a concepção (e a casa) positivista, para aprender a esquecer suas grandes limitações, não residem apenas na influência do positivismo vigente nos processos de formação do arquiteto, mas em sua profunda capacidade de penetração na mecânica produtiva, através das normas que foram deixadas como herança. Talvez seja esta a principal ferramenta para a persistência de alguns modos de pensar e de projetar habitação nos quais ninguém mais crê, mas de acordo com os quais estão condenados a agir.

“A tarefa de quem deseja modificar sua forma de pensar e projetar a habitação é também a tarefa de escapar ao marco não apenas epistemológico, mas também normativo, da modernidade.” (ÁBALOS, 2013, p.83)

A arquitetura é quase sempre, demasiada real, demasiada brutal, para admitir a sofisticada inocência do olhar fenomenológico. Às vezes, como acontece em Paraisópolis, a imaginação é capaz de se sobrepor até mesmo à pobreza, como é o caso de Antenor, o arquiteto de garrafas PET, ou de Estevão, conhecido como Gaudí brasileiro.

Estevão Conceição é um artista plástico por vocação. Ao visitar sua casa, em contínua construção por mais de três décadas, é impossível não fazer associação com obras do artista catalão Antoni Gaudí. Porém, em conversa, relata que não foi uma referência para seu

trabalho, já que antes de ser ‘descoberto’ não conhecia a arte de Gaudí. Sua casa e artefatos são repletos de genialidade e criatividade.

Começou a construir sua casa por acaso, nos anos 80, quando foi morar em Paraisópolis, pois a roseira que tinha plantado cresceu mais que o esperado e, com isso, construiu uma estrutura de ferro com cimento para conter a roseira. Mais tarde chegaram as linhas curvas, os ladrilhos, pedras e objetos em geral. Desde então não parou mais.

Subindo um labirinto de escadas em sua casa, é possível sair do movimento das ruas e se deparar com o que chama de "jardins flutuantes", um lugar tranquilo de onde é possível conferir de perto o contraste social, entre Paraisópolis e Morumbi.

Paraisópolis não é apenas uma organização social, é uma forma de habitar, de pensar e de construir o espaço privado e público, com claras derivações e implicações arquitetônicas. Foi autoproduzida pelos moradores, sem assistência técnica, sem infraestrutura, sem recursos, da forma que conseguiram ocupar com seu saber fazer, de forma comunitária.

Tomando esse território como exemplo, conclui-se que se trata de uma forma de habitar que questiona os limites e fundamentos do público e do privado. Esta forma de habitar, que opera desafiando a convenção da cidade moderna, pode ser entendida não como uma forma destrutiva da ordem da velha cidade burguesa, mas como uma forma reveladora de novos lugares, onde se constituem, hoje, formas paralelas de habitar o público e o privado, formas essas mais adequadas aos processos de transformação a que as vidas (de seus moradores) estão submetidas.

2. PARAISÓPOLIS: A INVENÇÃO DO COTIDIANO

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível.” (CERTEAU, 2000, contracapa)

A partir dessa ideia do cotidiano, de sua dinâmica e complexidade, esse capítulo percorre por algumas das maneiras de se morar na cidade, mais especificamente em Paraisópolis, visando elucidar as práticas culturais de seus usuários. Tem-se como aporte teórico as questões do historiador Michel de Certeau.

Optou-se por trabalhar com uma análise socioetnográfica da vida cotidiana: pesquisas eruditas, cultura popular, de onde nasce a vitalidade que chama de ‘hagiografia do pobre’, gênero literário que transcrevia as vidas.

Essa análise contou principalmente com a aproximação feita ao território, identificando-se características afetivas, no campo do sensível ao percorrer Paraisópolis. Definiu-se como eixo orientador a busca por traços do cotidiano, por aquilo que muitas vezes está velado e de difícil identificação em um primeiro momento.

Essa aproximação se deu em diferentes momentos, pois a relação com esse território constituiu-se através de um processo iniciado em 2014, que contou com inúmeras visitas, participação em workshops, eventos, entrevistas, deriva fotográfica, entre outros. Mas como documentação decidiu-se registrar a oficina Imagine Paraisópolis, que serviu como base para as análises presentes nesse artigo.

O Projeto Imagine Paraisópolis foi uma realização da Universidade Presbiteriana Mackenzie, parte da pesquisa de doutorado de Wagner Rezende, e contou com o apoio da Fundação Alphaville, Einstein-Paraisópolis, CCT Mosteiro São Geraldo, Colégio ALEF Paraisópolis, Associação Crescer Sempre e Urbz Brasil.

Os participantes eram jovens da comunidade entre 12 a 18 anos e voluntários graduandos de Arquitetura e Urbanismo. O seu objetivo foi criar uma oportunidade para refletir, dialogar, projetar e agir sobre o espaço público. Em suma, uma proposta colaborativa de intervenção urbana em áreas degradadas da comunidade.

Ocorreu durante quatro meses, de março a junho de 2017, e contou com diferentes atividades, entre elas: minicurso de formação para os voluntários guiarem a oficina, as oficinas com participação dos jovens da comunidade, exposição para comunidade dos resultados das oficinas e, por fim, um dia de intervenção coletiva na comunidade como síntese desse processo de construção do conhecimento, tendo como pano de fundo o conceito de urbanismo participativo.

A metodologia da oficina, contou com quatro encontros, separados por temas: experiências, interpretações, programação e ativação urbana, sendo que essa abordagem seguiu três princípios fundamentais de projeto:

1. O uso do Diagrama como ferramenta do pensamento e de construção de soluções;
2. Jogos como instrumento de motivação para inspirar os adolescentes e motivá-los a realizar ações coletivas que ultrapassam os interesses individuais;
3. Trabalho Colaborativo como regra universal do projeto.

Primeiro encontro: Experiências

O objetivo principal desse primeiro encontro foi estimular os moradores a dialogar sobre o espaço onde vivem e a construir narrativas sobre suas experiências nos lugares do seu cotidiano.

A primeira atividade sugerida aos jovens moradores de Paraisópolis foi apresentar-se através de uma palavra síntese, a fim de tentar resumir suas características pessoais ou algo muito significativo para si. Entre algumas das palavras representadas apareceram Afeto, Comunidade, Ação, Esforço, União, Mudança, Acreditar e Fé.

Entre outras respostas teve a de uma menina de apenas 12 anos que escolheu a palavra Felicidade, mesmo com toda dificuldade que enfrentava naquele momento. Ela compartilhou que, no incêndio que havia acontecido naquela mesma semana sua família, havia perdido todos os pertences e estavam morando na casa de um parente na própria comunidade. Independente desse ocorrido, disse que sua vida é guiada pela felicidade, algo que espera nunca perder, pois tinha certeza que iriam recuperar tudo.

Após essa apresentação, foi iniciado o “Jogo de vivências”, que tinha o intuito de sensibilizar o olhar crítico dos adolescentes moradores de Paraisópolis sobre as relações na vizinhança e refletir sobre as necessidades e recursos disponíveis localmente, a fim de instrumentalizá-los para diagnósticos urbanos em microescala.

Depois de uma rodada rápida em que foram expostos prós e contras da comunidade, foi elaborado um quadro F.O.F.A, para determinar fraquezas, oportunidades, forças e ameaças de Paraisópolis.

Ao final desse encontro foi passada a instrução de fotografarem situações afim de exemplificar as situações levantadas por eles nesse primeiro dia de oficina. Chama-se essa prática de fotografia participativa.

Segundo encontro: Interpretações

Depois de uma breve apresentação das fotografias tiradas pelos moradores e explicação dos motivos que os nortearam, foi proposto que as localizassem em uma cartografia de Paraisópolis. Localizaram também onde moravam, estudavam, passavam o tempo livre, em importantes equipamentos, ao longo do percurso que costumavam fazer, ou seja, espacializaram o seu cotidiano.

A manipulação dessa cartografia com informações locais foi importante porque pode-se perceber que a experiência de vida desses adolescentes, incluindo os trajetos no cotidiano, os ritmos dos acontecimentos locais e as referências culturais globalizadas, têm, na verdade, valores multidimensionais.

Terceiro encontro: Programação

O penúltimo encontro foi feito a partir de um jogo de tabuleiro, denominado “Imagine”, que gerava diagramas. Por meio dele, os integrantes foram desafiados a pensar soluções e ações para as temáticas apresentadas. Primeiro de forma mais geral, depois mais específica, aproximando-se do contexto social em que eles vivem.

As peças desse jogo eram divididas em três escalas de atuação: ecológica, urbana e arquitetônica. Atrás de cada uma havia uma explicação do que se tratava e quais outras cartas poderiam ser associada a ela. Ganhava o jogo a equipe que conseguisse completar mais o tabuleiro com associações entre cartas corretas. O objetivo era que o diagrama gerado auxiliasse na elaboração das intervenções que seriam propostas no último encontro da oficina.

Quarto encontro: Ativação urbana

No último encontro o intuito era pensar uma ação urbana para ser executada e concretizada em alguma localidade de Paraisópolis. Essa ação poderia ser instalação de arte urbana, evento ou mesmo mobiliário urbano.

Os adolescentes de Paraisópolis puderam desenvolver qual intervenção eles queriam que ocorresse na comunidade. A ideia era desenhar o que poderia ser feito ou melhorado na comunidade, em locais de escolha dos grupos.

O mais interessante não foi o resultado final, mas o processo que levou até ele, pois levantou-se diferentes questões projetuais. As mais comuns se referiam à ausência de espaços públicos dentro da comunidade (acontecem nas bordas), e a condição precária do córrego do Antonico, pelas suas cheias e a dificuldade de transposição. Importantes constatações que auxiliam nas decisões de projeto.

2.1 ARTE DE CONVIVER

Para a pesquisa, foi muito importante observar – empírica e teoricamente -, os vínculos que unem o espaço privado ao espaço público. O domínio dessa separação pelo usuário, aquilo que implica como ações específicas, como táticas, pareceu ser fundamental para a reflexão e para o projeto.

Nesse sentido, observou-se que o viário, principalmente a rede de vielas, e a maneira como são apropriadas pelos moradores vem de encontro à relação que Michel de Certeau, 2000, enfatiza sobre público e privado. A importância dessa rede fica evidente em uma cartografia de cheios e vazios.

A rua, na urbanidade das cidades brasileiras, pode ser destacada como o grande espaço da vida. E, mesmo nas áreas de urbanidade precária, ela é o ponto de contato com as

redes, com a infraestrutura, e é lida como suporte da diversidade e espaço de contato primordial entre o privado e o uso comum (RUBANO, 2015).

Identificou-se que essa rede de vielas é uma das condições de possibilidade da vida cotidiana no espaço urbano, que molda a noção de comunidade, pois é onde a vida acontece na ausência de outros espaços de convivência. A viela faz parte da identidade das favelas. Muitas vezes são utilizadas para festas particulares, brincadeira de crianças ou até mesmo para encurtar o caminho.

“Nos becos e vielas as crianças correm e espalham brinquedos pelo chão. Mulheres assentam cadeiras do lado de fora ou se sentam nas muretas que protegem suas casas quando a enchente insiste em adentrar as moradias.” (ALENCAR; BELAZI, 2013, p.40)

Segundo Michel de Certeau a organização da vida cotidiana se articula ao menos segundo dois registros: os comportamentos, cujo sistema se torna visível no espaço social da rua, e os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar no espaço. Aparecem de maneira parcial, fragmentada, no modo como se caminha, ou, de maneira mais geral, através do modo como se “consome” o espaço público.

A articulação entre esses dois sistemas é a conveniência. No nível dos comportamentos representa um compromisso pelo qual cada pessoa renuncia seus desejos individuais, contribuindo com sua cota para vida coletiva, com objetivo de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Assim, o usuário se torna parceiro de um contrato social, que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana.

O conceito de prática cultural consiste na combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos, concretos ou ideológicos, ao mesmo tempo passados por uma tradição e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem, em uma visibilidade social, fragmentos de discurso (CERTEAU, 2000).

Prático vem a ser aquilo que é decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo, na medida em que ela lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente. As práticas são as maneiras de fazer o cotidiano, produzido histórica, social e temporalmente, que nas palavras de Certeau:

“[...] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.” (CERTEAU, 2008, p. 41)

Segundo a arquiteta e urbanista Juliana Demartini (2016) na sua tese de doutorado, que também tem como aporte teórico Michel de Certeau, as práticas ordinárias é o modo como cada sujeito interpreta e lida com a cultura na realização de suas atividades cotidianas.

Nesse contexto de moradia popular estabelece o termo expressões do morar, que segundo a autora:

“[...] podem ser entendidas como [re]ações da população pobre que, por meio de diversos tipos de intervenções construtivas, concretiza as necessidades e particularidades dos seus modos de morar. Elas estão intimamente ligadas aos aspectos socioculturais dos seus manifestantes e podem causar diferentes impactos nos espaços de vida, que por sua vez devem ser entendidos como o conjunto de lugares onde são realizadas atividades cotidianas, para além dos limites físicos da unidade habitacional.” (DEMARTINI, 2016, p.28)

Exemplo bem claro dessas práticas são os eventos que ocorrem na rua Herbert Spencer. Todas as sextas-feiras à noite acontece o baile funk, que ao amanhecer dá lugar à feira popular que ocorre durante o dia todo. Entre tantas ruas de Paraisópolis, essa foi a escolhida para essas práticas culturais, sendo possível graças ao contrato social estabelecido entre os diferentes usuários.

“Algumas horas antes, às 15h de um sábado tipicamente movimentado em Paraisópolis. Dia de feira sempre lotada na rua Herbert Spencer. Por lá, dezenas de barracas se agrupam lado a lado com feirantes animados que conquistam a clientela literalmente no berro: “Senhora, freguesa, vamo chegando!” Quando não com cantadas e brincadeiras clássicas: “Moça bonita não paga, mas também não leva!” Nas extremidades da via, como sempre, ficam as barracas de pastel. Bem lá no centro, um emaranhado de legumes, verduras e frutas à venda. Sem contar os brinquedos, os utensílios domésticos e as roupas.” (ALENCAR; BELAZI, 2013, p.150)

Outros grupos também têm forte identidade dentro de Paraisópolis, como por exemplo, os skatistas, grafiteiros, as crianças do ballet, os instrumentistas e principalmente os meninos do futebol. Esses últimos fazem uso de um dos poucos espaços livres e de lazer de Paraisópolis, o campo de futebol Palmeirinha.

O conceito de pedaço, presente no livro *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade de José Magnani* (1984), está ligado à ideia de um espaço físico que incorpora traços de identidade de determinado grupo. É fácil associá-lo ao campo de futebol na favela, pois este é uma referência, um marco, que dificilmente é modificado.

O espaço do pedaço é o do engajamento social, ou seja, está associado à arte de conviver com parceiros que estão ligados uns aos outros pelo fato concreto, essencial, da proximidade e da repetição.

A maneira como Michel de Certeau conceitua o bairro (onde a relação espaço/tempo é mais favorável para um usuário que deseja se deslocar a pé saindo da sua casa), também

passa pela ideia de um domínio do ambiente social, correspondendo - ao usuário - uma parcela conhecida do espaço urbano na qual ele se sente reconhecido.

Essa mesma ideia poderia ser aplicada à rua/viela nesse caso de estudo.

“[...] é uma porção do espaço público, em geral é de todos, em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat, o costume recíproco da vizinhança, os processos de reconhecimento/identificação, que se estabelecem graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos ‘práticos’ se oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida vida cotidiana.” (CERTEAU, 200, p.40)

Para o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1991), o bairro é uma porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado. Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina, mas que deve assimilar para poder viver aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários para seu uso ou seu prazer que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano.

Isso se verifica com as falas dos adolescentes que foram entrevistados, pois quando eram indagados sobre o percurso casa/escola muitas vezes apontavam um caminho alternativo ao invés do mais lógico a se fazer, justamente por considerá-lo mais prazeroso e seguro, mesmo que a distância percorrida fosse maior.

O bairro, é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai avançando mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer uma apropriação (CERTEAU, 2000).

A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural e a sua urgência para satisfazer o desejo urbano dos usuários da cidade.

A viela pode ser considerada como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (casa) e o que é mais desconhecido (cidade). Algumas vielas, inclusive, são fechadas com portões pelos próprios moradores, quando nessa relação o privado ganha mais peso que o público.

Existe uma relação entre a apreensão da residência, “um dentro”, e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga, “um fora”, sendo a viela um meio termo entre o dentro e fora,

onde se efetua a apropriação. Esse conceito é a peça mestra de uma prática cultural espontânea, sem ela seria difícil a vida na cidade.

Certeau faz uma analogia entre bairro e moradia, que para ele são os fundadores em mesmo grau da vida cotidiana em meio urbano: tirar um ou outro é o mesmo que destruir as condições de possibilidade dessa vida. Assim, público/privado não é uma separação, mas o que une. São interdependentes um do outro, porque um não tem significação sem o outro.

A viela, por sua vez, é o espaço de uma relação com o outro como ser social, relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. Onde acontece o processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública através dos acontecimentos.

O espaço urbano é objeto de conhecimento e lugar de reconhecimento. Para Certeau a prática do bairro depende de uma tática que tem por lugar apenas “o lugar do outro”. Aquilo que o usuário ganha quando sabe possuir direito a seu bairro não é contabilizável, nem se pode jogar numa troca necessitante de uma relação de forças: o adquirido trazido pelo costume não é senão a melhoria da maneira de fazer, de passear, de fazer compras, pela qual o usuário pode verificar sem cessar a intensidade da sua inserção no ambiente social.

As pessoas se encontram enquanto buscam atender suas necessidades cotidianas, mas esse contato interpessoal é aleatório, não é calculado, ocorre ao acaso dos deslocamentos. Essa relação entre a necessidade formal do encontro e o aspecto aleatório do seu conteúdo (onde, quem, quando) leva o usuário a se manter como que “na defesa”, no interior de códigos sociais precisos, todos centrados em torno do fato do reconhecimento, nesta coletividade indecisa (CERTEAU, 2000)

É preciso conviver, encontrar o equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares, e a distância necessária para assegurar a sua vida privada.

“A coletividade é um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro.”
(CERTEAU, 2000, p.47)

É necessário inserir-se nele para viver. É “obrigado”, não no sentido repressivo da palavra, mas também enquanto isso o obriga, cria-lhe obrigações, laços e vínculos. Isso é facilmente percebido em favelas, pois há em geral uma solidariedade mais assídua, mas sem que isso tenha um tom romântico, pois é uma coletividade gerada pela necessidade. Isso vai desde cuidar de filhos da vizinha até ajudar a construir um puxadinho no final de semana.

“Com suas próprias mãos, os pedreiros-construtores erguem seus lares e os de tantos outros moradores em Paraisópolis. Materiais de construção são despejados por toda parte. Mais uma casa está sendo construída. Mais uma laje será batida logo, logo. Marmanjos serão convidados a ajudar na

empreitada. Claro que não vai faltar o churrasco e a cerveja: a forma de pagamento pela mão de obra dos amigos.” (ALENCAR; BELAZI, 2013, p.94)

A prática urbana é uma convenção coletiva, legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. O corpo é suporte primeiro da mensagem social. É estabelecido um contrato que obriga cada um para que a vida do coletivo público seja possível para todos.

“A conveniência é a via régia para o benefício simbólico, para aquisição desse excedente cujo domínio manifesta a plena inserção no ambiente social cotidiano. O nível simbólico vem a ser apenas aquele onde nasce a legitimação mais poderosa do contrato social que é a vida cotidiana e as diversas maneiras de se comportar no campo social, outra coisa não são senão que o salto indefinido de um sujeito público para tomar lugar entre os seus.” (CERTEAU, 2000 p.55)

3 FAZER JUNTO

Fazer junto é uma reflexão das práticas cotidianas realizadas coletivamente através da cooperação e sociabilidade entre os indivíduos. Como aporte teórico, utiliza-se principalmente os trabalhos do sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennet e do sociólogo alemão Georg Simmel.

Segundo SENNET, 2015, a cooperação é uma habilidade da experiência cotidiana, um valor social na realização de tarefas práticas. É aplicada particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós.

“A cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente. A cooperação está embutida em nossos genes, mas não pode ficar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se a ser profundada. O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas, a cooperação torna-se um grande esforço.” (SENNET, 2015, p.9)

Existe um aspecto ético na capacidade de agir e trabalhar em sintonia com outro, mas pensar na cooperação apenas como um fator ético positivo, para SENNET, limita a compreensão desse conceito. Embora se possa cooperar porque os recursos não são suficientes, em muitas relações sociais não se sabe com exatidão o que se precisa do outro ou o que ele poderia querer de nós mesmos.

Nesse sentido é que a cooperação poderia ser vista como uma habilidade, pois requer a capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto. Mas esse processo é espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades.

Para Georg Simmel, 2006, a sociedade emerge a partir da formação de uma complexa rede de interação entre indivíduos. Ou seja, na essência, a sociedade decorre de um emaranhado de ações e reações, desenvolvidas no cotidiano das diversas formas e conteúdos das relações sociais.

Logo, a sociedade é estabelecida como o produto das manifestações de contato social, na medida em que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p.17).

Para o pensamento simmeliano, as manifestações sociais reciprocamente estabelecidas compreendem a essência de uma sociedade, em um processo de constante construção, desconstrução e reconstrução. Seguindo essa premissa, o termo sociação é estabelecido por Simmel para definir um processo que começa a existir a partir do momento em que os indivíduos passam a interagir e a adotar sistemas de cooperação e colaboração, mesmo que seu conteúdo careça de um caráter social caso considerado isoladamente.

A sociação é, portanto, a forma na qual os indivíduos, em razão de seus interesses, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam.

“O que é autenticamente ‘social’ nessa existência é aquele ser com, para e contra os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais, esse é justamente o fenômeno da sociabilidade.” (SIMMEL, 2006, p.64)

Definida por Simmel como sendo a “forma lúdica da sociação”, a sociabilidade por sua vez é a maneira pela qual os indivíduos constituem um organismo no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são, na experiência concreta, processos indissociáveis. Se, no processo que constitui a sociação, os elementos constitutivos da vida social acarretam a determinação das formas em razão do conteúdo, no fenômeno da sociabilidade a forma constitui seu próprio conteúdo, com finalidade em si mesmo.

Determinadas experiências da vida cotidiana podem ser apontadas como exemplos por excelência do que Simmel descreve por sociabilidade: sair, jogar conversa fora, namorar, encontrar com os amigos, em geral, não têm outro fim principal se não o prazer e o sentimento de estar junto e de praticar a própria oscilação.

Já Sennet traz como exemplo de trocas cooperativas, que podem ser tanto formais como informais, pessoas que batem papo em uma esquina ou bebem em um bar, fofocando e jogando conversa fora, sem terem consciência da ideia da cooperação (“estou

cooperando”). Esse ato vem envolto na experiência do prazer recíproco. Nesse sentido os conceitos de sociabilidade e de cooperação convergem, pois em ambos há uma troca em que as partes se beneficiam.

É fácil imaginar que a difícil tarefa de cooperar com aqueles que diferem sempre foi algo raro. Mas a sociedade moderna debilitou a cooperação à sua maneira. A mais direta dela diz respeito à desigualdade.

Segundo Sennet, na América, as fortunas agravaram a desigualdade interna, a perda de empregos de alta capacitação na manufatura diminuiu a riqueza na massa. As desigualdades econômicas se traduzem na experiência cotidiana em termos de distância social, a elite torna-se remota para a massa, restando pouco terreno comum entre as expectativas e lutas de um motorista de caminhão e as de um banqueiro.

Distâncias dessa natureza muito justificavelmente deixam indignadas as pessoas comuns; o pensamento e comportamento do tipo nós-contra-eles são, nesse caso, uma consequência racional.

A homogeneização é evidente na arquitetura moderna, no vestuário, na comida de rápido consumo, na música popular etc. Nas palavras de Sennet, “todo mundo é basicamente igual”, o que expressa essa visão de mundo que busca a neutralidade. O desejo de neutralizar toda diferença, de domesticá-la, decorre de uma angústia em relação à diferença.

A sociedade moderna está ‘debilitando’ as pessoas da prática da cooperação. Essa desabilitação vem ocorrendo, por exemplo, no território social: à medida que a desigualdade material as isola, que o trabalho de curto prazo torna mais superficiais os contatos sociais, gerando ansiedade a respeito do outro. As pessoas estão perdendo as habilidades de cooperação necessárias para o funcionamento de uma sociedade complexa (SENNET, 2015).

A capacidade de cooperar de maneiras complexas está enraizada nas etapas mais iniciais do desenvolvimento humano. Sendo assim, essas capacidades não desaparecem na vida adulta. A respeito da primeira infância, de acordo com Sennet, a cooperação antecede a individuação. Ela é o fundamento do desenvolvimento humano, na medida em que se aprende como estar junto antes de aprender como se manter à parte.

Não é fácil aprender a cooperar, mas essa dificuldade é positiva. A cooperação torna-se uma experiência adquirida, mais que uma simples partilha impensada. Como em qualquer esfera da vida, é dado mais valor àquilo que é conquistado através da luta.

“Nossas capacidades emocionais e cognitivas se realizam insatisfatoriamente na sociedade moderna, os seres humanos são capazes de mais do que as escolas, os locais de trabalho, as organizações civis e os regimes políticos permitem. Nossa capacidade de cooperar é muito maior e mais complexa do que querem crer as instituições.” (SENNET, 2015, p.43)

E foi a partir de muita luta corriqueira pelo direito à cidade que Paraisópolis se autoconstruiu. Como visto, a partilha compensa aquilo que acaso falta individualmente, sendo a cooperação uma participação ativa e não uma presença passiva.

Esta é uma definição que se aplica perfeitamente à vida em Paraisópolis. Ao analisar as relações sociais existentes nesse território, foi possível constatar que há um compartilhamento assíduo, feito de maneira inconsciente e por ser tão habitual já se tornou algo natural entre os moradores.

Alguns exemplos desse compartilhamento são: energia elétrica, televisão a cabo, internet, lajes para festas, bens domésticos (como batedeira, chapinha de alisamento de cabelo, liquidificador, gaveta de freezer, panelas de grande capacidade, máquina de lavar roupa, varais, roupas e acessórios para ocasiões especiais), medicamentos ou alimentos em horas de emergência. Há aqueles que deixam de comprar algo porque sabem que seu vizinho pode emprestar.

“Os moradores de favela construíram formas de vida em comum e de resistência não armadas, através de redes sociais de assistência mútua.” (LOMNITZ, 1975, p.20).

Além disso a malha social presente nesse território mostra que as dificuldades muitas vezes são superadas através da sociabilidade. Um exemplo disso são crianças que são cuidadas pelos vizinhos, para que os pais possam trabalhar. Para que uns trabalhem outros cuidam dos seus filhos, e daí resulta um trabalho também, alinhando interesses de ambas as partes.

De forma geral, é possível dizer que as relações e interações entre os moradores de Paraisópolis são complexas. Os vizinhos se conhecem e adotam esses sistemas de cooperação e colaboração mencionados por Sennet e Simmel, para que superem as dificuldades do dia a dia.

Essa economia existente na favela, em que serviços e bens são compartilhados, que em outros contextos é particularizado e individualizado, foi a solução encontrada para problemas do cotidiano e emergenciais. Segundo a antropóloga Hilaine Yaccoub, 2010, os moradores de favela encontraram um caminho para desenvolver formas de consumo compartilhado e colaborativo, a partir dos laços e vínculos sociais formados e continuamente fortalecidos por essas redes fundadas e baseadas em valores comuns.

“As “economias de compartilhamento”, no entanto, revelam mais do que técnicas e arranjos para suprir necessidades. Elas expõem os fios que formam a malha social da favela, com seus valores morais, suas dificuldades e também suas histórias de superação. (...) Ser da favela e dela fazer parte significa aprender a compartilhar dentro da rede social à qual pertence respeitando valores e hierarquias das associações (vínculos sociais). Quanto

mais íntimo se é de um integrante, maior a possibilidade de empréstimos, ou seja, compartilhamentos.” (YACCOUB, 2010, p.14)

Exemplos como os mencionados para sociabilidade são facilmente percebidos ao percorrer ruas e principalmente vielas de Paraisópolis. É um território que está em constante movimento, repleto de acontecimentos corriqueiros ocorrendo simultaneamente. Uma verdadeira cidade dentro da cidade.

Retomando a reflexão de Sennet a respeito da economia da cultura global, basta caminhar pelas ruas de Paraisópolis para perceber que esse território também pertence a ela. Lá há grandes lojas como por exemplo Casas Bahia, que inclusive tem diferentes condições de venda e compra para moradores de Paraisópolis.

É possível afirmar que há cooperação nas relações entre os moradores de Paraisópolis, ou seja, pessoas nas mesmas condições. Mas não é isso que ocorre com as relações fora da comunidade.

Como diz a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, 2003, os pobres são bem aceitos na cidade formal, desde que seja para trabalhar, onde servem para o funcionamento da dita cidade e da economia. Para morar, entretanto, devem retirar-se aos seus bairros afastados, como em um apartheid espacial velado, porém muito significativo.

Nesse sentido é possível associar o pensamento de Richard Sennet de que a desigualdade material ocasiona uma espécie de isolamento, como também o de que é mais difícil cooperar com aqueles que diferem. Mas apesar disso, mostra a importância da cooperação informal, pois para ele isso ajudou a ancorar socialmente crianças pobres como ele, sendo que em Paraisópolis isso não é diferente.

“Depois da infância desorganizada pela pobreza, duvidando na adolescência que tivessem algo de valor a oferecer ao mundo eles ficavam se perguntando, na vida adulta, porque teriam sobrevivido, enquanto muitos companheiros de infância haviam sucumbido ao vício, ao crime ou à vida na marginalidade.” (SENNET, 2015, p.297)

4 PARAISÓPOLIS ‘TORNAR-SE’

O crítico alemão Andreas Huyssen (2000) relata que após a queda do muro de Berlim, em 1989, as pessoas escreviam nos resquícios de muro: Berlim torna-se. Mas a pergunta que se fazia era torna-se o que? Uns defendiam que deveria ser uma cidade global, enquanto outros acreditavam que o processo de transição deveria ser devagar, com cuidado, pois haviam marcas coletivas.

Nesse contexto, o autor fala da diferença entre a cidade como texto, entendida como uma narrativa construída coletivamente, e a cidade como imagem, construção através da sobreposição, a partir daquilo que somente uma parcela considera ideal.

Sendo assim, os vazios de Berlim eram hipóteses de construção de cidade feita de maneira coletiva e não da sobreposição de uma fórmula de cidade. Compartilhando dessa visão, é desejável que Paraisópolis também seja vista como texto, sem a imposição de um modelo hegemônico do habitar. E que seus vazios sejam oportunidade dessa construção coletiva.

Infelizmente, é quase um consenso descrever favela por aquilo que lhe falta e não pelo que é. Nesse trabalho buscou-se reverter isso, partindo de uma aproximação com a realidade e respeito aos diferentes modos de viver.

Por fim, conclui-se que as favelas ao existir no lugar, devem permanecer e lutar pelo seu reconhecimento e pela sua inserção. Essa resistência significa afirmar que outras lógicas possíveis de organizar o território podem acontecer. E essas outras lógicas estão baseadas na defesa da vida, da sobrevivência, do existir na cidade e ser parte dela.

REFERÊNCIAS

- ÁBALOS, Iñaki. *A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade*. Barcelona: G. Gili, 2013.
- ALENCAR, Vagner; BELAZI, Bruna. *Cidade do Paraíso*. São Paulo: Primavera, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CERTEAU, Michel e; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre; ALVES, Ephraim F. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DEMARTINI, Juliana. *Assessoria Técnica Continuada: Desafios e Possibilidades para a Implementação de um Programa Público para as Expressões do Morar*. 2016. Tese de Doutorado- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HUYSSSEN, Andreas. *Os vazios de Berlim*. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LOMNITZ, Larissa Adler. *Cómo Sobreviven los Marginados*. México: Siglo Veinteuno, 1975.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Unesp, 1984.
- MARICATO, Erminia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. São Paulo, 2003

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2015.

SENNETT, Richard; MARQUES, Clóvis. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RUBANO, Lizete Maria (Org.). *O terceiro território*. Habitação coletiva e cidade. São Paulo, Vigliecca & Associados, 2015.